

Diário do Legislativo de 19/10/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 19/10/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S. A. - Bemge - e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. - Credireal -, alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95 e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas ditadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação das Emendas nºs 2, 3 e 4.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.698/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella, que cria no âmbito do Estado de Minas Gerais o Banco de Ossos para fins de transplante e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de mensagens de conteúdo educativo nas capas e nas contracapas de cadernos escolares adquiridos pelas escolas públicas. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 19/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 19/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.716/2010, do Deputado Doutor Rinaldo Valério; 4.738/2010, do Deputado Tenente Lúcio.

Requerimentos nºs 6.565/2010, da Comissão de Participação Popular; 6.598/2010, do Deputado Délio Malheiros; 6.615/2010, 6.617/2010, 6.618/2010, 6.638/2010 e 6.671/2010, do Deputado Wander Borges e 6.674/2010, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14 horas do dia 19/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.821/2010, do Deputado Irani Barbosa.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.218/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.399/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.935 e 3.953/2009, do Deputado José Henrique; 4.182/2010, do Deputado Délio Malheiros; 4.283/2010, do Deputado Zezé Perrella; 4.326/2010, do Deputado Zé Maia; 4.459/2010, do Deputado Ruy Muniz; 4.543/2010, do Deputado Lafayette de Andrada; 4.613/2010, do Deputado Marcus Pestana; 4.672/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.691/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.792/2010, do Deputado Leonardo Moreira;

4.833/2010, do Deputado Sargento Rodrigues; e 4.847/2010, do Deputado Lafayette de Andrada.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.583/2008 e 3.105/2009, do Deputado Paulo Guedes; 3.555/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.605/2009, do Deputado Durval Ângelo; 4.266/2010, do Deputado Paulo Guedes; 4.275/2010, do Deputado Arlen Santiago; 4.365/2010, do Deputado Padre João; 4.447/2010, do Deputado Dimas Fabiano; 4.550/2010, do Deputado Padre João; 4.624/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.635/2010, do Deputado Dilzon Melo; 4.638/2010, do Deputado Neider Moreira; 4.657/2010, do Deputado Sávio Souza Cruz; 4.661/2010, do Deputado Fábio Avelar; 4.708/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.750/2010, do Deputado Domingos Sávio; 4.773/2010, do Governador do Estado; 4.776/2010, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 4.777/2010, da Deputada Maria Tereza Lara; 4.779/2010, do Deputado Inácio Franco; 4.782/2010, do Deputado Getúlio Neiva; 4.783/2010, do Deputado Jayro Lessa; 4.785 e 4.786/2010, do Deputado Mauri Torres; 4.794/2010, do Deputado Domingos Sávio; 4.795/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 4.798/2010, do Deputado Elmiro Nascimento; 4.799 e 4.800/2010, do Deputado Durval Ângelo; 4.804/2010, do Deputado Carlos Gomes; 4.809/2010, do Deputado Fahim Sawan; 4.810/2010, do Deputado João Leite; 4.813/2010, do Deputado Padre João; 4.818/2010, do Deputado Wander Borges; 4.825/2010, do Deputado Neider Moreira; 4.826/2010, da Deputada Rosângela Reis; 4.827, 4.828 e 4.829/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.831 e 4.832/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.834 e 4.835/2010, do Deputado André Quintão; 4.836/2010, do Deputado Juninho Araújo; 4.837/2010, do Deputado Bráulio Braz; 4.839/2010, do Deputado Rômulo Veneroso; 4.843 e 4.844/2010, do Deputado Padre João; 4.845/2010, do Deputado Tenente Lúcio; 4.846/2010, do Deputado Dilzon Melo; 4.851 e 4.852/2010, da Deputada Rosângela Reis; 4.853/2010, do Deputado Zezé Perrella; 4.861 e 4.862/2010, do Deputado Paulo Guedes; 4.864/2010, da Deputada Gláucia Brandão; e 4.865/2010, do Deputado Marcus Pestana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 19/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.599, 6.630 a 6.634 e 6.640 a 6.643/2010, do Deputado Wander Borges; 6.650/2010, do Deputado Doutor Viana; e 6.658 a 6.660/2010, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 19/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 19/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagem nº 534/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.774/2009, 4.761, 4.765 e 4.768/2010, do Deputado Padre João; 4.610/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; e 4.724/2010, da Deputada Cecília Ferramenta; e Requerimento nº 6.472/2010, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 20/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 19/10/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 4.698/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella, que cria no âmbito do Estado de Minas Gerais o Banco de Ossos para fins de transplante e dá outras providências; 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de mensagens de conteúdo educativo nas capas e nas contracapas de cadernos escolares adquiridos pelas escolas públicas; 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado; 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica; 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado de Minas Gerais; e 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S. A. - Bemge - e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. - Credireal -, alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95, e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas ditadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 18 de outubro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.711/2010

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria da Deputada Cecília Ferramenta, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública o Movimento Gay e Simpatizantes do Vale do Aço – MGS –, com sede no Município de Ipatinga.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.711/2010 pretende declarar de utilidade pública o Movimento Gay e Simpatizantes do Vale do Aço – MGS –, com sede no Município de Ipatinga, entidade que possui como finalidade defender os direitos e interesses desse segmento da sociedade.

Na consecução de sua meta, o MGS conscientiza as pessoas da importância de cada um como ser humano, para que se tornem cidadãos dignos e respeitados; oferece orientação, especialmente aos homossexuais; combate qualquer manifestação de discriminação; incentiva, apoia e divulga trabalhos culturais, artísticos, literários e desportivos nas comunidades em que atua; firma parceria com entidades e movimentos sociais que visam à inclusão social e à promoção da paz.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.711/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2010.

Fahim Sawan, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.745/2010

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Inzo de J'Inkise Luango e Kaitumbá, com sede no Município de Uberlândia.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.745/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação Inzo de J'Inkise Luango e Kaitumbá, com sede no Município de Uberlândia, entidade que possui como finalidade o estudo, o resgate, a preservação e a divulgação das culturas de matriz africana, além da defesa dos direitos e dos interesses dos afrodescendentes, bem como a busca de melhor qualidade de vida para todos.

Na consecução de seus propósitos, a entidade promove ações nas áreas de assistência social, educação, esporte e lazer; garante a participação democrática dos cidadãos que assiste junto ao poder público; oferece assistência aos carentes, especialmente crianças, adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais; e incentiva a cordialidade, a união e a solidariedade entre seus membros.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.745/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2010.

Fahim Sawan, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/10/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Gláucia Brandão

exonerando Amanda Regina da Rocha Marinho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Mariana Silveira Paiva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Rachel Neves Dourado do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Amanda Regina da Rocha Marinho para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Rachel Neves Dourado para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Maxsys Brasil Comércio e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de cópia reprográfica. Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação do contrato, com manutenção de preço. Vigência: 12 meses a partir de 30/11/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.